



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS

COORDENAÇÃO GERAL DE CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NÚM. PARECER: 146379/2015
PROTOCOLO: 71000.111427/2010-61
C.N.P.J: 01.635.051/0001-52
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SAÚDE
MUNICÍPIO: BRASÍLIA
ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO: 07/05/2007 A 06/05/2010
TIPO DE PROCESSO: Renovação
DATA DE PROTOCOLO: 16/09/2010
UF: DF
DILIGÊNCIA/OF. COMPL.: 474/2015

ANÁLISE TÉCNICA

I) DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

Não apresentou todos os documentos

(Documentos pendentes) Estatuto; Inscrição no Conselho Local de Assistência Social; Relatório de atividades

II) FINALIDADES OU OBJETIVOS DO ESTATUTO SOCIAL:

a) Compatibilidade do estatuto com LOAS: art. 34, I, Dec. 7.237/10 ou art. 39, I, Dec. 8.242/14
Não apresentou o documento

b) Destino do patrimônio em caso de dissolução: art. 3º, II, Lei 12.101/09
Não apresentou o documento

III) ATIVIDADES DO RELATÓRIO: art. 18 da Lei 12.101/09 Não apresentou documento

Oferta(s)

Usuário(s)

Qualificação usuário

Outras ofertas (anteriores à lei):

IV) GRATUIDADE (a partir dos documentos apresentados): Art. 18 da Lei 12.101/09 e Art. 57 do Decreto 8.242/14 Não é possível aferir a gratuidade das ofertas

V) MANIFESTAÇÃO DE OUTRO ÓRGÃO: Número(s):

VI) CONTINUIDADE, PLANEJAMENTO e UNIVERSALIDADE DAS OFERTAS: Art. 18 da Lei 12.101/09 Não foram analisados

VII) CONCLUSÃO DO PARECER: INDEFERIDO

Motivo em caso de indeferimento:

Embora a entidade tenha sido diligenciada (ofício nº 474/2015), os seguintes documentos obrigatórios não foram apresentados: Estatuto; Inscrição no Conselho Local de Assistência Social; Relatório de atividades. Com isso, a análise dos requisitos de certificação presentes na Lei nº 12.101/2009 e no Decreto nº 8.242/2014 não foi possível.

A entidade poderá recorrer da decisão em até trinta (30) dias a partir da publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.). Ressalta-se que o recurso não tem efeito suspensivo, ou seja, a partir da publicação do indeferimento a entidade perde o direito à isenção do art. 29 da Lei 12.101/09.

Caso o fundamento do indeferimento seja a não apresentação de documentação obrigatória, a entidade poderá apresentar em sede de recurso a documentação faltante indicada acima.

www.mds.gov.br/assistenciasocial

Brasília, DF 28/03/2016

Elizabeth Costa
CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Marília Carvalho
CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Bárbara P. C. Campos
DRSP/SNAS/MDS